



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108  
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO  
PODER DE POLÍCIA – UNIDADES ESCOLARES SEM FINS LUCRATIVOS**

**Formulário XII**

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

\_\_\_\_\_, com domicílio à  
rua/av \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
conjunto \_\_\_\_\_ bloco \_\_\_\_\_ Qd. \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_  
fone \_\_\_\_\_ celular \_\_\_\_\_, brasileiro (a), estado civil  
\_\_\_\_\_ nos termos do artigo 156, parágrafo único, da Lei Complementar  
nº. 199 de 21 dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DAS TAXAS PELO  
EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA UNIDADES ESCOLARES SEM FINS  
LUCRATIVOS – Parágrafo Único do art. 156 da LC 199/2004**, vem requerer,  
respeitosamente a V. Sr.<sup>a</sup>, se digne outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Contribuinte ou Representante Legal  
CPF:

## ➤ Documentos Necessários

### **XII. NÃO INCIDÊNCIA DE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - UNIDADES ESCOLARES SEM FINS LUCRATIVOS – Parágrafo Único do art. 156 da LC 199/2004:**

- a) Requerimento específico;
- b) Ata de eleição da Diretoria da Instituição e do Conselho Fiscal;
- c) CNPJ;
- d) Registro(s) Funcional(is) do(s) Diretor(es) e/ou Gerente(s) da instituição (cópia da Carteira Funcional/procuração);
- e) Autorização do MEC e/ou SEDUC para implantação do(s) curso(s) de 1º, 2º e 3º graus (nível fundamental e médio) e/ou pós-graduação (para Instituição Educacional);
- f) Documento de Propriedade ou de posse do imóvel ou cessão de uso (se for o caso);
- g) Certidão municipal de regularidade fiscal do imóvel;
- h) Certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- i) Documento de Propriedade ou de posse do imóvel ou contrato de aluguel ou cessão (se for o caso); e
- j) Taxa de abertura de processo, devidamente paga.

#### ➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

**O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.**